



Comissão avalia impactos da gravidez precoce na economia do País.

As comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; e de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados discutem nesta quarta-feira (11) a ocorrência de gravidez na adolescência.

A deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), que pediu a realização do debate, quer avaliar o impacto econômico que medidas de prevenção da gravidez precoce podem ter no País.

"Apesar de muitos avanços no País nas últimas décadas, ainda são necessários esforços significativos para assegurar plenamente os direitos sexuais e reprodutivos das adolescentes brasileiras", afirma Zanotto.

Dados do Ministério da Saúde citados pela parlamentar indicam que cerca de 18% dos nascimentos no Brasil são de mães com 19 anos ou menos. "A maioria das adolescentes que engravidam relatam que a gestação não foi intencional, o que indica uma dificuldade de acesso a métodos e informações de planejamento reprodutivo", avalia a deputada.

Desenvolvimento econômico

"Para além dos impactos na vida das adolescentes e suas famílias, a gravidez não intencional na adolescência tende a representar um agravante também do ponto de vista econômico e na superação de desigualdades", acrescenta Zanotto.

Segundo o relatório Situação da População Mundial do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), de 2013, o Brasil elevaria sua produtividade em mais de US\$ 3,5 bilhões se as jovens adiassem a gravidez para depois dos 20 anos.

Debatedores

Foram convidados para discutir o assunto com os parlamentares, entre outros:

- a representante do UNFPA Junia Quiroga;
- o diretor do Departamento de Ações Programáticas estratégicas do Ministério da Saúde, Maximiliano das Chagas Marques; e
- a secretária de Políticas para as Mulheres do DF, Ericka Filippelli.

[Confira a lista completa de convidados](#)

A audiência será realizada no auditório Nereu Ramos a partir das 10 horas.

Fonte: Agência Câmara Notícias